

ILUSTRÍSSIMO SR PREGOEIRO

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos
Prefeitura Municipal de Vitória – ES

Pregão Eletrônico n. 028/2021

Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **COSTA SUL PESCADOS S/A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 81.599.359/0001-29, com sede na Rua Prefeito Manoel Evaldo Muller, 2827, Bairro Machados, Município de Navegantes – SC, CEP 88.371-600, **por meio de seu representante legal LUCIANO PSCHIEDT, CPF nº 52333833904**, vem apresentar, tempestivamente, RECURSO contra ato do Sr. Pregoeiro, que decidiu pela desclassificação desta Recorrente.

I. FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico para aquisição de gêneros alimentícios para os alunos da rede municipal de ensino de Vitória – ES, conforme edital e anexos.

A Recorrente participou do processo licitatório no dia 17 de março de 2021, tendo participado ativamente da etapa de lances, apresentando-se capaz, com todas as condições necessárias e a documentação requerida no Edital correspondente.

A proposta foi recebida na data mencionada e os lances foram efetuados na mesma data, dentro do tempo estabelecido para a duração do Pregão.

A Recorrente sagrou como vencedora no lote 01 Peixe, tipo: Cação, Corte em cubos congelados.

Entretanto, quando da análise da proposta, a empresa Recorrente foi desclassificada pelo Sr. Pregoeiro, conforme registrado em Ata:

“Sistema - Motivo: Concluimos que a empresa indicada se encontra INAPTA, sob o aspecto econômico-financeiro, vez que NÃO apresentou a PUBLICAÇÃO das peças contábeis, deixando de atender à alínea "e" do Inc. II do item 11.3.5.1 do Edital: e) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício”

Inicialmente, cabe mencionar que a Recorrente apresentou o balanço patrimonial completo, conforme exigido no Edital.

Todavia, por um equívoco, a publicação das peças contábeis não foi anexa aos documentos de habilitação enviados.

O Órgão não diligenciou a empresa para o envio da publicação, ao invés disso, a Recorrente foi desabilitada do certame.

Prontamente, a empresa apresentou sua intenção de recurso, informando que apresentou devidamente o balanço patrimonial, como solicitado no item 11.3.5.1, alíneas “a” e “b” do Edital, encontrando-se

nas páginas 10, 25, 41 e 44 dos documentos de habilitação, cumprindo com as exigências.

Em relação à falta da publicação das peças contábeis, ocorreu uma mera falha formal no momento da digitalização, que ocasionou a falta destas folhas, erro este que pode ser sanado através de uma simples solicitação de diligência.

Sabemos que a diligência complementar se trata de um poder/dever dos órgãos públicos, que não podem desprezar a melhor proposta por meras formalidades e é imprescindível que busquem sempre a melhor vantagem econômica.

Como neste caso, a publicação exigida foi efetuada de modo correto, no Jornal do Município de Navegantes –SC em abril de 2020, e a sua apresentação é uma mera formalidade, tendo em vista que foi apresentado o balanço patrimonial completo, que por si só é suficiente.

Ao realizar a diligência complementar que está ao seu alcance, a Comissão de Licitações e o Sr. Pregoeiro superam o dogma do formalismo excessivo e prestigiam a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Verifica-se que a Recorrente foi injustamente desclassificada por mero erro de formalismo, considerando que todos os seus documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica foram devidamente apresentados.

A simples concessão de diligência complementar por parte da Comissão de Licitação é suficiente para sanar o equívoco que desclassificou a Recorrente, conquanto não alterado o conteúdo da proposta.

Além disso, é evidente que ao desclassificar a Recorrente, quem suportará o prejuízo será o Órgão, que restará impossibilitado de contratar a proposta mais vantajosa.

Portanto, em que pese o inegável conhecimento do Sr. Pregoeiro, sua decisão de desclassificação da Recorrente deve ser reformada pois não reflete os fatos, a legislação vigente e os princípios aplicados aos processos licitatórios, por todos fundamentos a seguir.

II. Princípio do Formalismo Moderado

A Recorrente é uma empresa séria, idônea e atua há muitos anos no ramo de pescados, participando de inúmeros procedimentos licitatórios ao longo desses anos.

A decisão que desclassificou a Recorrente foi proferida de maneira equivocada e merece reformas. Vejamos:

Como mencionado nos fatos, a Recorrente sagrou-se vencedora no item **XX** e posteriormente foi desclassificada com a justificativa de que não apresentou a publicação das peças contábeis, referentes ao balanço patrimonial.

Como mencionado nos fatos, o Edital exige em seu item 11.3.5.1 a apresentação do balanço patrimonial, o que foi corretamente realizado pela Recorrente, conforme se comprova nas páginas 10, 25, 41 e 44 dos documentos de habilitação apresentados.

Todavia, por um equívoco, a Recorrente não anexou a publicação das peças contábeis.

Faz-se necessário ressaltar que, a empresa cumpre as suas obrigações legais e a publicação foi devidamente realizada no Jornal do

Município de Navegantes, local onde se encontra a sede da empresa, a publicação está anexa a este recurso:

COSTA SUL PISCADOS S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019		31/12/2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2019		31/12/2018
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.500	1.952		Fornecedores		19.747	27.946	
Contas a receber de clientes	4	23.288	23.114		Empreendimentos e financiamentos	9	8.647		
Estoques	5	30.863	26.508		Obrigações trabalhistas e sociais		2.190	3.089	
Impostos a recuperar	6	4.451	5.286		Obrigações tributárias		1.974	789	
Despesas antecipadas		140	109		Outras contas a pagar		14.820	11.072	
Outras contas a receber	7	1.916	1.257						
					Total de passivo circulante		47.378	47.896	
Total do ativo circulante		64.251	57.829						
Não circulante					Não circulante				
Outras contas a receber		747	467		Obrigações tributárias		1.726	2.880	
Imobilizado	8	55.125	58.233		Obrigações diferidas		14.826	15.682	
					Outras contas a pagar		8.348	11.583	
Total do ativo não circulante		55.872	58.700		Total de passivo não circulante		24.900	30.045	
					Patrimônio líquido				
					Capital social	10	1.500	1.500	
					Reservas de Capital		3.336	3.336	
					Reserva legal		800	800	
					Reserva de lucros		13.028	2.671	

COSTA SUL PISCADOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros (pre)juízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.500	800	3.336	3.483	-	-	9.119
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Imobilizado	-	-	-	-	31.573	-	31.573
Realização Depreciação Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.949	(1.287)	-	662
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(971)	-	-	(971)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.790)	(1.790)
Constituição de reservas	-	-	-	(1.790)	-	1.790	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.500	800	3.336	2.671	30.287	-	38.594
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Realização Depreciação Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.282	(1.508)	-	774
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.105	8.105
Constituição de reservas	-	-	-	8.105	-	(8.105)	-
Ajuste de Exercício Anterior Anterior	-	-	-	(30)	-	-	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.500	800	3.336	13.028	28.781	-	47.445

Resta claro que a ausência no envio da publicação é um vício formal, e que não serve para desclassificar a Recorrente. Este erro pode ser rapidamente sanado por diligência complementar.

A desclassificação da Recorrente por um mero erro que pode ser sanado através de diligência complementar é totalmente injusta e contrária à disposição legal vigente.

Em análise ao Edital e ao Termo de Referência, observa-se que os produtos ofertados pela Recorrente atendem perfeitamente os requisitos exigidos.

Cumpra salientar que o intuito do Pregão é justamente o de obter a proposta mais vantajosa do ponto de vista econômico para a administração, garantindo a igualdade de chances aos concorrentes.

Neste sentido, visando a celeridade dos processos administrativos, a supremacia do interesse público sobre o privado e a iminência de definições rápidas para o cenário administrativo, a doutrina desenvolveu o princípio administrativo do formalismo moderado, o qual segue muito bem explicado nas palavras de Alexandre Aragão:

*'(...) Referido por ODETE MEDAUAR como aplicável a todos os processos administrativos, o **princípio do formalismo moderado** possui, apesar de não constar expressamente na Lei 8666/93, relevante aplicação às licitações, **equilibrando com a equidade a aplicação dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, fazendo com que meras irregularidades, que não afetam interesses públicos ou privados, não levem à desnecessária eliminação de competidores, o que vem sendo amplamente aceito pela jurisprudência.** Pode-se dizer que, nas licitações, **o Princípio do Formalismo Moderado advém da ponderação dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, de um lado, o princípio da competitividade, que, afinal, é o objetivo primordial da licitação** (ex.: se um edital de licitação estabelece que as propostas de preço devem ser apresentadas em número e por extenso, e o licitante a apresenta apenas por extenso, ele não pode ser desclassificado apenas por isso).'" (grifo nosso)*

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de direito administrativo – Rio de Janeiro: Forense, 2012. P. 293

Desse modo, tem-se que a interpretação de edital deve ser feita à luz dessa premissa, de sorte que as obrigações ali previstas devem ser cumpridas e observadas, porém, afastando-se em determinados casos o

entendimento restritivo e literal, sob pena de desvirtuar a própria finalidade do pregão.

Nesse toar, o princípio da vinculação ao edital, que prevê a necessidade de se observar o disposto no edital, como já consolidado há muito tempo em nossa jurisprudência, não é absoluto e jamais poderia ser utilizado para restringir a concorrência ou tampouco agredir o bom senso e a lógica, até porque, deve ser aplicado em observância ao princípio da razoabilidade, havendo, pois, uma interligação entre os dois.

Não por outro motivo, nossos egrégios tribunais, seja Estaduais ou Federais, tem-se posicionado contra o excesso de formalismo, vejamos:

*"Apelação - Licitação - Contratação de empresa especializada na realização de exames de ultrassonografia - **Desclassificação da autora**, com a homologação e contratação de outra empresa concorrente, ante a ausência de documentação autenticada, tal como previsto no edital – Descabimento – O documento apresentado pela empresa vencedora era o constante da internet, suprimindo a alegada irregularidade - **Excesso de formalismo que não pode servir de entrave à habilitação de empresa que apresentou menor preço** - Precedentes do E. STJ e deste Egrégio Tribunal de Justiça - Sentença de procedência mantida - Recurso improvido."* (TJ-SP - AC: 10003993420198260523 SP 1000399-34.2019.8.26.0523, Relator: Marcelo L Theodósio, Data de Julgamento: 28/02/2020, 11ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 28/02/2020) (grifo nosso)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. LIMINAR DEFERIDA PARA ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO DO AGRAVADO NO CERTAME. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO.**FALTA DE ASSINATURA NA PROPOSTA TÉCNICA. VÍCIO IRRELEVANTE E SANÁVEL.AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. EXCLUSÃO DE PARTICIPANTE QUE OFENDE A RAZOABILIDADE E CONFIGURA FORMALISMO EXCESSIVO.** DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Embora o sistema pátrio prestigie no procedimento licitatório o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, de observância obrigatória tanto pela Administração Pública como pelos cidadãos, não obstante, o sistema também valoriza o Princípio da Razoabilidade, além da preservação do interesse público.**A falta de assinatura da proposta técnica não importou em prejuízo à Administração Pública,** na medida em que referido documento acompanhado de outros foram entregues em envelope lacrado devidamente identificado com todos os dados do participante. A finalidade do ato - identificar o participante - foi alcançada, de modo que a sua desclassificação em virtude de erro material configura formalismo excessivo, diante da peculiaridade fática.” (TJPR - 5ª C.Cível - AI - 1219739-0 - Curitiba - Rel.: Desembargador Luiz Mateus de Lima - Unânime - J. 12.08.2014) (grifo nosso)

E ainda:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÕES. AÇÃO ORDINÁRIA. SUSPENSÃO DE INABILITAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC. FORMALISMO EXCESSIVO. AFASTAMENTO QUANDO MERA IRREGULARIDADE DETERMINA LIMITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA. INTERESSE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO, NA ANÁLISE DE DIVERSAS PROPOSTAS, GARANTINDO A COMPETITIVIDADE, SEM OFENSA À MORALIDADE E IGUALDADE ENTRE OS PARTICIPANTES. **Os termos do edital não podem ser interpretados com rigor excessivo que acabe por macular a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência e prejudicando a possibilidade de que a Administração Pública analise todas as propostas passíveis de conhecimento ao tempo do certame, ou seja, apresentadas por concorrentes que, à época da habilitação, apresentavam as condições estabelecidas no edital.**” AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, DE PLANO. (Agravado de Instrumento Nº 70058790270, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 06/03/2014) (grifo nosso)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. LEI Nº 8.666/ 93. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA. INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DO EDITAL. NÃO DEMONSTRADA. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. As obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante

processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (ex-vi do artigo 37, XXI, da CRFB); **Ainda que eventualmente subsista dúvida sobre a interpretação conferida às normas do edital, ressalta-se que deve prevalecer a interpretação que favoreça a ampliação de disputa entre os interessados, de modo a não comprometer o interesse da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.**'' (TRF4, AC 5034392-15.2013.404.7100, QUARTA TURMA, Relator CANDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 11/12/2015) (grifo nosso)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PROPOSTA DECLARADA VENCEDORA. FALTA DE ASSINATURA NA OFERTA FINANCEIRA. **IRREGULARIDADE QUE NÃO COMPROMETE OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO COMPETITÓRIO.** AUSÊNCIA DE DIREITO DO CONCORRENTE PUGNAR PELA INABILITAÇÃO. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º da Lei n. 8.666/93). A Administração acha-se vinculada às condições do edital (art. 41 da Lei n. 8.666/93).

*Todavia, conforme entendimento sedimentado no âmbito do STJ, **rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei.** Tal ocorre no caso dos autos, em que se mostra correta a decisão administrativa que declarou habilitada, concorrente que deixou de assinar a oferta financeira, porém é identificada através de rubrica e dos demais documentos que compõem a proposta, que se mostrou mais vantajosa para a Administração. Ausência de qualquer vulneração dos princípios da licitação. Inexistência de direito da concorrente pugnar pela sua inabilitação. A questão quanto à perda do objeto em razão da assinatura do contrato somente foi suscitada após o julgamento da apelação. Embargos rejeitados.” Fonte: Embargos de Declaração Nº 70052251790, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Julgado em 27/02/2013 – site TJRS (grifo nosso)*

Nesta toada, é imperioso sanar a decisão que desclassificou a empresa **COSTA SUL PESCADOS S/A** tendo em vista que os produtos oferecidos pela Recorrente atendem perfeitamente os requisitos exigidos no Edital e deve ser classificada no certame.

III. Prejuízo da Administração em abrir mão da menor proposta

Assim, não restam dúvidas quanto ao entendimento claro de que a proposta da Recorrente atende ao edital, oferecendo os peixes cação em cubos congelados da melhor qualidade e com um preço justo.

Em especial diante da grave crise econômica decorrente da pandemia da Covid19 e da necessidade de especial atenção aos recursos público, é imprescindível que o Órgão contrate a melhor proposta, em conformidade com os princípios que regem o Direito Administrativo.

Compete colacionar novamente os princípios licitatórios insculpidos na Lei 8.666 à qual se sujeita o procedimento deste Órgão

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Entre os inúmeros princípios listados damos especial destaque à seleção da proposta mais vantajosa.

É possível verificar que eventual decisão de inabilitação da Recorrente se revestiria de excesso de formalismo, que acarretaria unicamente prejuízos ao órgão.

Para a Administração é primaz que haja a contratação com um preço vantajoso, devendo ser aplicado o formalismo moderado a fim de evitar prejuízos que prejudicam o caráter econômico e competitivo.

A imposição de inabilitação da Recorrente é absolutamente rechaçada pelo legislador e pelo entendimento jurisprudencial, pois causa danos aos cofres da instituição.

O excesso de formalidade de se inabilitar esta empresa, além de ilegal, serve exclusivamente para causar prejuízo econômico e é fortemente rechaçada pelo entendimento do TCU:

“O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece o interesse público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais”
(TCU, 004809/1999-8, DOU 8/11/99, p.50, e BLC nº 4, 2000, p. 203)

Licitação. Julgamento. Erros materiais. É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014 Plenário - Representação, Relator Ministro Valmir Campelo)

Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à

desclassificação de licitante. (Acórdão 2872/2010-Plenário)

“SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE ITEM DO EDITAL. CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA POR VIA OBLÍQUA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO. [...] De fato, a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência editalícia foi cumprida, embora que de forma oblíqua, sem prejuízo à competitividade do certame. Sendo assim, aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.” (TCU, 019.264/2009-7, Grupo I – Classe VI)

O excesso de formalismo desfavorece a Administração, onerando excessivamente o processo licitatório, que deve ser regido pelo princípio da finalidade, do interesse público e da razoabilidade, nas palavras de Marçal Justem Filho:

*“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. **Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos.**”*

(In: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 8.666/1993. 18ª edição - São Paulo – Editora Thomson Reuters, 2019, pág. 1070) Grifo nosso

Assim, não poderia ser mantida a desclassificação da Recorrente, simplesmente desprezando a melhor proposta por uma questão descabida, já que os documentos apresentados, bem como os produtos fornecidos pela empresa atendem perfeitamente ao edital.

O formalismo em excesso não traz qualquer vantagem à Administração, pelo contrário, impede que esta venha a celebrar o contrato mais vantajoso, além de ir contra o princípio da concorrência, um dos basilares do processo licitatório.

Nesse sentido, a proposta apresentada pela empresa Costa Sul Pescados deve ser declarada classificada, de forma a dar continuidade ao processo licitatório em prol da Recorrente, posto que atende o edital e representa uma proposta vantajosa.

IV – Viabilidade de Diligência Complementar

Em que pese a Recorrente esteja com a proposta em conformidade com o edital, eventual equívoco na apresentação da publicação das peças contábeis pode ser sanado mediante diligência complementar, conquanto não alterado o conteúdo da proposta.

Tais desconformidades podem ser sanadas à luz do artigo 43, §3 da Lei 8.666/93, que dispõe especificamente sobre a realização de diligências para aferir documentação, esclarecer ou complementar a licitação:

“§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Neste sentido, a Comissão tem a possibilidade de diligenciar, solicitando à Recorrente que adeque eventuais erros formais.

A diligência é solução amparada pela lei, à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade, considerando ainda o objetivo das licitações, qual seja, de buscar o menor preço, o qual foi apresentado pela Recorrente, que se encontra perfeitamente habilitada.

A viabilidade e utilidade da diligência para sanar dúvidas reside no fato de favorecer a Administração, oportunizando a melhor contratação, que é o principal objetivo da realização deste processo licitatório.

Para imprimir força a este entendimento, transcreve-se a doutrina de renome de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª Ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, p. 804):

*“A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da **diligência como um poder-dever da autoridade julgadora**. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, **é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização.**” (Grifado)*

Assim, a diligência consiste em medida simples, capaz de assegurar a observância das formalidades essenciais ao certamente, proporcionando a obtenção de proposta vantajosa, que é o objetivo da licitação, sendo este o entendimento pacificado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme os seguintes precedentes: Acórdão nº 2159/2016 -TCU –Plenário; Acórdão nº 1535/2019 –TCU – Plenário, Acórdão nº 3418/2014 –TCU –Plenário, Acórdão nº 3615/2013 –TCU – Plenário e Acórdão nº 1795/2015 –TCU –Plenário.

A possibilidade de diligenciar é medida simples que não onera o processo licitatório, ao contrário, traz benefício ao órgão licitante e respeito aos princípios inerentes das licitações.

Portanto, requer-se que, caso presente a necessidade do envio da publicação das peças contábeis, devidamente publicadas no Jornal do Município de Navegantes, em 17 de abril de 2020, (anexo a este recurso) que seja oportunizado à Recorrente a diligência em vias de garantir a melhor proposta, mantendo-se sua classificação.

V - Requerimentos

Ante o exposto, requer-se o recebimento do presente Recurso Administrativo, determinando-se retificação da decisão de desclassificou a Recorrente no lote 01, de forma a declarar a empresa **COSTA SUL PESCADOS S/A** como classificada no certame, assim como, que seja fornecida diligência complementar para que a Recorrente possa sanar os erros existentes, uma vez que os produtos oferecidos pela Empresa atendem perfeitamente os requisitos técnicos contidos no edital e no Termo de Referência.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cordialmente,

COSTA SUL PESCADOS S/A
Luciano Pscheidt
CPF 52333833904
Representante Legal